

BIANCA SAMARA CAVALCANTE FURTADO

**CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS SOBRE AS FORMAS DE GOVERNOS EM
“A REPÚBLICA” DE PLATÃO**

2016

RESUMO

O presente trabalho trata das Concepções Filosóficas sobre “As Formas de Governos em ‘A República’ de Platão” e tem como objetivo identificar as principais características apontadas a cada forma de governo descrita neste trabalho. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas que serviram para traçar um panorama histórico da Filosofia e da vida e obra de Platão. No referencial teórico, vários autores referendam o tema estudado, entre os quais, Chauí (2002), Alves (2012) e Pessanha (1991), dentre outros. O estudo possui cunho qualitativo e empregou em sua abordagem o método hipotético dedutivo e posteriormente referenciado apenas no teórico de cada autor analisado. Por meio deste estudo, foi possível observar as diferenças mudanças ocorridas ao longo dos anos na trajetória dos governos. No entanto, as pesquisas mostraram que há um desconhecimento por parte de muitos alunos, acadêmicos e até mesmo trabalhos desenvolvidos por meio deste tema. Dessa forma, a Filosofia como disciplina pode contribuir para uma formação crítica e conceituar a importância de se possuir conhecimentos em regimes de governos que podem afetar decisivamente na vida de cada cidadão.

Palavras-chave: Formas de Governos; Filosofia; Platão; Sociedade.

ABSTRACT

This paper deals with the Philosophical Concepts on "Ways of Governments in 'The Republic' of Plato" and aims to identify the main characteristics identified every form of government described in this paper. For this purpose they were conducted literature searches that were used to draw a historical view of philosophy and life and work of Plato. In the theoretical framework, several authors endorse the subject studied, including, Chauí (2002), Alves (2012) and Pessanha (1991), among others. The study has a qualitative approach and employed in their approach deductive hypothetical method and subsequently referenced only in the theoretical analysis of each author. Through this study, we observed differences changes over the years in the trajectory of governments. However, research has shown that there is a lack of knowledge on the part of many students, academics and even works developed through this theme. Thus, philosophy as a discipline can contribute to a critical training and conceptualize the importance of having knowledge of government schemes that can decisively affect the life of every citizen.

Keywords: Forms of Governments, Philosophy, Plato; Society.

INTRODUÇÃO

“O presente trabalho aborda - o tema Concepções Filosóficas sobre As Formas de Governos em ‘A República’ de Platão” - e tem como objetivo identificar as principais características apontadas a cada forma de governo descrita neste trabalho.

O interesse pelo tema surge a partir do momento em que os estados, os países e diversas nações apresentam conflitos por conta de seus regimes, o que demonstra um descontentamento pela forma de como é governado o seu estado, país ou nação. Para isso buscamos compreender as reais características que muitos sistemas de governos apresentam e, principalmente, como Platão define essas formas de governo.

A construção deste trabalho, discutir as teorias de Platão relacionadas às formas de governo. O estudo das formas de governo segundo Platão são temas recorrentes e tem uma dupla importância: de um lado, serve para identificar um pouco das categorias gerais, relacionando a própria categoria do "político" que permitem o diagnóstico e a definição dos vários aspectos do fenômeno político, sua comparação, a construção de sistemas conceituais mais ou menos coerentes e compreensivos; serve também para determinar afinidades e diferenças entre teorias políticas diversas, de épocas distintas.

Um caráter que é possível de se analisar, em se tratando de uma situação atual, reflexiva e pertinente, trata-se exatamente em inferir como a sociedade está organizada e como se encontra a relação administrativa em ponto de vista.

É importante mencionar que as diversas formas de governo que atualmente existe possuem distintas formas de governar. Mas qual seria a forma de governo ideal para a sociedade? Para responder pergunta como essa este trabalho aborda concepções filosóficas baseadas nas teorias de Platão, descritas em seu livro “A República”, onde são argumentadas através de diálogos entre seus interlocutores, como as formas de governos possuem seus caracteres administrativos.

Quase todos os escritores políticos indicaram e defenderam certa tipologia das formas de governo. Acentuar a importância de uma das tipologias não é trabalho fácil, talvez porque por meio delas alguns conceitos gerais foram elaborados e examinados repetidamente (os de oligarquia, democracia e entre outras), seja

porque constituem um dos aspectos em que uma teoria pode ser mais bem caracterizada e conferida com outras teorias.

Diante disso, este trabalho está organizado em 2 capítulos. O primeiro capítulo - **Fundamentação teórica** - apresenta os estudos de autores que discutem a vida e obra de Platão, tais como: Chauí (2002), Alves (2012) e Pessanha (1991), dentre outros. Neste capítulo, apresentamos o cenário histórico da Filosofia, desde a antiguidade, os aspectos que caracterizam a filosofia antiga e uma trajetória da vida Platão.

No segundo capítulo - **A Teoria das Formas de Governos** - são apresentados diversas concepções no que diz respeito as formas de governos, citações da obra de Platão entre outros autores que discutem tais formas de governar, onde apontam argumento que caracterizam as teorias das formas de governo.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 PLATÃO: VIDA E OBRA

O filósofo Platão é sem dúvida, um dos filósofos gregos mais importantes da história e da Filosofia. Nascido em Atenas provavelmente no 427 a.C., Platão era filho de *Aristo* e *Perictona*, sendo descendente do grande reformador Sólon por parte de mãe e do rei *Codro*, fundador da cidade, pelo lado paterno como diz Batista e *Schramm* apud (Chauí, 2002, p. 212). Platão caracterizou-se, sobretudo como o discípulo mais exponente de Sócrates.

A vida de Platão decorreu, portanto, entre a fase da democracia de Atenas e o final do período grego: a obra filosófica de Platão representará, em vários aspectos, a expansão de um pensamento alimentado pelo clima de liberdade e de apogeu político.

Como Platão tinha laços de tradição de famílias de Atenas e estava ligado, sobretudo pelo lado materno, a ilustres parentes do mundo político. Sua mãe descendia de Sólon, o grande legislador, e era irmã de Cármides e prima de Crítias, dois dos Trinta Tiranos que dominaram a cidade durante algum tempo.

Durante o fim do século XVIII admite-se que a obra de Platão possui uma inerente perspectiva evolutiva de sua filosofia, sobretudo após os trabalhos de Schleiermacher diz Batista e *Schramm* apud (Jaeger, op. cit., pp. 582-4).

Dessa forma então houve vários estudos desenvolvidos nesse sentido e ainda, tratava relações de bem, uma aproximação com Deus, como criador, sendo inspiração para a prática do bem.

Platão sustentava a existência da Ideia suprema do Bem. Na filosofia platônica não será a Ideia de Bem a do próprio Deus? Na sua perspectiva, o Bem é o autor cósmico de todas as coisas belas e correctas, pai da luz e da verdade. Temos dúvidas, mas o filósofo parece elaborar uma aproximação entre a Ideia de Bem e a de Deus (ALVES, p.3; 2012).

Todavia os textos da obra de Platão foram então reunidos, organizados nos chamados diálogos da velhice. Dessa maneira uma das formas para se organizar a obra do ateniense. Inspirada na estilometria distingue os diálogos da juventude e sobre influência de Sócrates. Daqueles da maturidade e da velhice. Conforme alguns apresentados a seguir, para se compreender sobre aspectos da obra de Platão (em ordem alfabética dentro de cada categoria):

Os chamados diálogos referentes à Juventude são: *Apologia de Sócrates*. Na qual se põe a defesa de Sócrates (em relação ao seu julgamento no tribunal de Atenas); Críton. Sobre elogio à moral socrática; Cármides. Que se diz respeito sobre a prudência e Crátilo, abordando sobre a linguagem.

Já os chamados diálogos referentes à Maturidade destacam-se: Banquete, sobre o amor; Fédon, sobre a imortalidade da alma; Fedro, sobre a linguagem e a retórica; A República, sobre a justiça (neste diálogo Platão constrói sua ideia de pólis perfeita); Parmênides, sobre o ser; Teeteto, sobre o conhecimento.

Mas o grande acontecimento da mocidade de Platão foi o encontro com Sócrates. Na época da oligarquia dos Trinta (entre os quais estavam Cármides e Crítias), os governantes haviam tentado fazer de Sócrates cúmplice na execução de Leon de Salamina, cujos bens desejavam confiscar. Sócrates recusou-se a participar da trama indigna e, evidentemente, deixou de ser visto com simpatia pelos tiranos. Mais tarde, já reinstaurado o regime democrático em Atenas, Sócrates foi acusado de corromper a juventude, por difundir idéias contrárias à religião tradicional, e condenada a morrer bebendo cicuta. (PESSANHA, p.12. 1991)

Afirma ainda Pessanha (1991), que Por intermédio de Sócrates e de sua incessante ação como perquiridor de consciências e de crítico de idéias vagas ou preconcebidas, o primado da política torna-se, para Platão, o primado da verdade, da ciência.

E nos relacionados à Velhice: Crítias, que é considerada uma obra inacabada, descreve um estado agrário como ideal (figurado como Atlântida); Filebo, retratando sobre o prazer; Leis, sobre o ideal político; Político, sobre a monarquia; Sofista, contra os sofistas; Timeu, sobre a natureza (física e cosmologia platônicas). E ainda são consideradas como pertencentes ao corpus platônico três cartas: a Terceira, a

Sétima (a mais conhecida) e a Oitava. Diálogos como Alcibíades I e II, Anterestai, Clítofon, Hiparco, O filósofo, Mino e Teages, bem como outras dez cartas que permanecem como obras de autenticidade duvidosa.

As obras do filósofo Platão incluem mais de cinquenta anos de toda sua vida. Desde a morte de Sócrates até a sua morte. Entre os mais diversos temas e assuntos que retratam sua obra como a especulação metafísica, ao ensino filosófico e a redação de suas obras.

Platão é o filósofo a qual não se tem as obras completas, onde escreveu 35 diálogos, e desses 28 são considerados autênticos.

Dessa forma, Platão diz respeito às diversas modalidades de constituição, assunto que é desenvolvido individualmente nos três diálogos de A República, sendo as formas de governos, o tema deste trabalho.

Depois da morte de Sócrates, disperso o núcleo que se congregara em torno do mestre, Platão viaja. Visita Megara, onde Euclides, que também pertencera ao grupo socrático, fundara uma escola filosófica, vinculando socratismo e eleatismo. Vai ao sul da Itália (Magna Grécia), onde convive com Arquitas de Tarento. O famoso matemático e político pitagórico dá-lhe um exemplo vivo de sábio-governante, que ele depois apontará, na República, como solução ideal para os problemas políticos. (PESSANHA, p.13. 1991)

Em relação a dialogo sobre A República, é uma descrição da república ideal, que segundo Platão tem por finalidade a realização da justiça entendida como atribuição a cada um da obrigação que lhe cabe, de acordo com as próprias aptidões. Consiste na composição harmônica e ordenada de três categorias de homens- os governantes-filósofos, os guerreiros e os que se dedicam aos trabalhos produtivos. Dessa forma:

O que Platão poderia querer escrevendo seus diálogos? Queria ele apre-sentar à Grécia as suas conclusões quanto às questões que ele discutia? Tinha ele algum objetivo pedagógico de educar a Grécia? Queria ele enaltecer seu mestre, apresentando suas incríveis

habilidades? Queria apenas se divertir, compondo obras artístico-filosóficas? Ou queria apenas compor obras que re-frescassem a memória daqueles que já tinham aprendido com ele, oralmente, suas doutrinas? Sócrates é o único expoente das doutrinas de Platão? Ou são seus interlocutores também importantes, quanto ao conteúdo, na sua obra? (PINHEIRO, p.4. 2001)

Assim, de certa forma, os diálogos dessa fase constituem também defesos que Platão faz de seu mestre, mostrando que a sociedade poderia ser uma sociedade com preocupações de caráter político, correto e essencial a vida em sociedade, sendo muitas virtudes definidas em seus diálogos. Afirma-se então que:

De qualquer modo, algumas teses socráticas básicas podem ser encontradas nesses diálogos, como a da identificação da virtude com certo tipo de conhecimento e a da unidade de todas as virtudes. Os outros diálogos dessa fase manifestam duas preocupações que permanecerão constantes na obra platônica: o problema político (como no Cármidis) e o do papel que a retórica pode desempenhar na ética e na educação (Górgias, Protágoras, os dois Hípias). (PESSANHA, p.14. 1991)

Mas, afinal, de que maneira se poderia pensar sobre tais assuntos de grande importância na visão de Platão e a tentativa de descobrir a ordem e a finalidade utilitária de Platão na qual enquadrá-lo em seu argumento oportuno? Nesse sentido podem-se investigar algumas questões pré – estabelecidas que norteiam as percepção de Platão.

Segundo Pinheiro (2001), os diálogos de Platão são divididos primeiro em obras 1. Instrutivas e outras que são 2. Investigantes. Dessa maneira, a primeira ideia seriam obras que Platão expõe opiniões de doutrinas positivas e enquanto as segundas seriam apenas obras relacionadas para a prática dos procedimentos corretos de investigação.

3 TEORIA DAS FORMAS DE GOVERNO

A obra “A República” de Platão está dividida em dez livros ou diálogos onde Platão fala sobre seu pensamento em relação ao estado ideal, onde são expressos pensamentos sobre o homem ideal. O filósofo baseia-se na figura de Sócrates como personagem principal. A partir daí relaciona com seus interlocutores intensos debates sobre diversos temas, retratando nesse diálogo, a construção da cidade ideal com todos os seus elementos, com destaque para figura e a importância dos filósofos.

Para Platão A República é uma descrição da melhor forma de constituição; O Político é uma investigação, estudo e descrição do melhor tipo de governante – o rei-filósofo-, que possui a ciência do bom governo. Avaliando as várias formas de governo, a democracia é a pior das formas boas, é no entanto a melhor das más.(1).¹

Na “A República” Platão descreve uma república ideal. E através de dessa república, ela seria dividida em três categorias, que são: os governantes-filosóficos, os guerreiros e os responsáveis pelos trabalhos produtivos. Sendo de forma, como jamais se pode inferir que um governo semelhante a esse, ainda não existiu e para Platão qualquer outra forma de governo que existisse seria má à sociedade.

Consiste na composição harmônica e ordenada de três categorias de homens- os governantes-filósofos, os guerreiros e os que se dedicam aos trabalhos produtivos. Trata-se de um Estado que nunca existiu em nenhum lugar, como comentam dois interlocutores, no final do livro décimo:

“— Compreendo; tu falas do Estado que fundamos e discutimos inexistente a não ser nas nossas palavras; não creio que ele exista em nenhum lugar na terra. (BOBBIO, 2000, p.44).

Todavia, apesar de tratar de uma sociedade ideal, os interlocutores afirmam que tal sociedade “nunca existiu”. O que se conclui que essa teoria estaria apenas para uma reflexão desta sociedade ideal como introduzem os personagens do livro.

¹ Fonte: <http://pt.shvoong.com/>

Contido no livro oito, desenvolve a tese que as formas de governos encontrarem-se relacionadas a os quatro tipos de homem diferentes, onde estes são a reflexão de sua sociedade. Tais formas são apresentadas como: A Timocracia, Oligarquia, Democracia e a Tirania.

Glauco — Desejo saber quais são os quatro governos de que falavas. — É fácil satisfazer-te, pois que os governos a Sócrates que me refiro são conhecidos. O primeiro e muito elogiado é o de Creta e da Lacedemônia; o segundo, que só se louva em segundo lugar, chama-se oligarquia. Trata-se de um governo repleto de vícios vários. Oposto a este vem, em seguida, a democracia. Por fim, vem a soberba tirania, contrária a todos os outros e que é a quarta e a última doença do Estado.

Trata-se de como uma sociedade pode vincular-se com diferentes formas de governos e partindo desse princípio estará submetido aos regimes e leis vinculados por cada forma de governar. No Livro oito desenvolve a questão relacionada as quatro formas de governo que se estabelecem nos existentes tipos de homem.

A corrupção se manifesta no Estado através da discórdia, que é o princípio da desagregação da unidade.

Através de Bobbio (1981) observamos que em *A República* há uma descrição da melhor forma de constituição. Em *O Político* Platão descreve o melhor tipo de governante, que seria o rei-filosofo. Observa-se também que diferente da forma clássica de seis formas de governo, sendo três boas e três más, em *O Político* a democracia tem um só nome, classificada como a pior forma entre as boas e a melhor entre as más.

Como conclusão, Bobbio (1981) enfoca que o critério que Platão usa para distinguir as formas boas e más são duas: violência e consenso, legalidade e ilegalidade.

3.1 TIMOCRACIA

A palavra Timocracia vem do grego, (*timē*: "honra" ou "valor") é uma forma de governo onde propõe o estado seja administrado por estreita pessoas e somente

donos de terra podem participar do governo ou onde a honra é o princípio dominante.

Para Platão a corrupção de um princípio consiste no seu “excesso”. A honra do homem timocrático se corrompe quando se transforma em ambição imoderada e ânsia de poder.¹

Entende-se como Timocracia é um regime onde se reina a ambição e um oculto amor pelo dinheiro. Segundo o dicionário Aurélio (2004), a palavra Timocracia significa: *Sistema de governo em que preponderam os ricos*. O homem timocrático é condicionado a ter seu impulso guiado por elemento impetuoso, onde se concentra uma obsessão e ambição pelo valor financeiro, ou seja, amor predominantemente pelo dinheiro.

A Timocracia aproxima-se da aristocracia. No dicionário Aurélio (2004) significa: *Tipo de organização social e política em que o governo é monopolizado por um número reduzido de pessoas privilegiadas não raro por herança*.

A corrupção consiste no excesso, como relata Bobbio, “a honra do homem timocrático se corrompe quando se transforma em ambição imoderada e ânsia de poder. A riqueza do homem oligárquico, quando se transforma em avidez, avareza, ostentação despudorada de bens, que leva à inveja e à revolta dos pobres. A liberdade do homem democrático, quando este passa a ser licencioso, acreditando que tudo é permitido, que todas as regras podem ser transgredidas impunemente. O poder do tirano, quando se transforma em puro arbítrio, e violência pela própria violência.” (Cap. II, pág. 50).

O nascimento da aristocracia se deve à corrupção da Timocracia, pois neste regime, reinam a ambição e um oculto amor pelo dinheiro. O homem timocrático tem a sua alma guiada pelo elemento impetuoso, por isso, é ambicioso e insaciável por dinheiro.

Bobbio resume, da seguinte forma as paixões dominantes em cada forma de governo:

“Para o timocrático, a ambição, o desejo de honrarias; para o oligárquico, a fome de riqueza; para o democrático, o desejo

¹ Fonte: <http://pt.shvoong.com/>

imoderado de liberdade (que se transforma em licença); para o tirânico, a violência” (Cap. II, pág. 48).

Justa põe-se que durante o governo de Sólon (em Atenas na Grécia antiga), o governo baseado na Timocracia vigorou. A Timocracia foi uma forma introduzida por Platão para designar a transição entre a constituição ideal e as formas más tradicionais de governo.

3.2 OLIGARQUIA

A palavra Oligarquia segundo o dicionário Aurélio (2004) significa regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. Trata-se dum governo de um grupo economicamente poderoso que governa os destinos da cidade, procurando favorecer a grupo que se encontra no poder em perda dos demais.

Para Platão A riqueza do homem oligárquico, quando se transforma em avidez, avareza, ostentação depuradora de bens, que leva à inveja e à revolta dos pobres.(Batista e Schramm)¹.

Em suma, a palavra oligarquia etimologicamente indica o “governo” (archein) “de poucos” (oligos). Entretanto, o pensamento que refere à oligarquia não esteve rigidamente contido a essa única maneira de compreensão. Na Grécia Antiga, a forma que era empregada tinha sentido de negativamente e era para se referir a todo o regime que fosse comandado por pessoas com alto poder aquisitivo. Então, os governos oligárquicos foram confundidos com o governo das elites econômicas.

Segundo Sousa (2011) “Apesar dessa acepção, o termo oligarquia poder ser muito bem empregado em outras situações políticas. Quando observamos, por exemplo, que um mesmo partido político ocupa os mais altos escalões de um governo, podemos identificar o desenvolvimento de uma oligarquia. Em geral, a presença das práticas oligárquicas impede que amplas parcelas da população

¹ Fonte: <http://pt.shvoong.com/>

participem do debate político. Dessa forma, podemos ver que a oligarquia diverge do atual sentido dedicado à democracia”.¹

Dessa forma o regime oligárquico, baseava-se na discricão onde eram feitas as divisões de Estado entre ricos e pobres. O homem oligárquico ficava dominado pelo elemento impulsivo, ou seja, que age irrefletidamente, obedecendo ao impulso do momento.

Dessa maneira as ações da oligarquia provocaram a revolta na classe mais pobre, sustentando assim, por consequência, importuna para o regime democrático.

A palavra oligarquia tem como costume de ser empregada para se fazer referência às primeiras décadas do regime republicano. Em tal momento, envolvido entre 1894 e 1930, os grandes proprietários de terra empregavam de sua influência política e econômica para definir os destinos da nação. Embora da presença de um sistema representativo, a troca de favores, a corrupção do processo eleitoral e outros métodos coativos impediam a aumento de outros grupos políticos.²

De certa forma vivendo em um princípio democrático, é provável observar que algumas práticas oligárquicas ainda podem ser detectadas. Muitas vezes, as atuações administrativas de um representante político se mostram ligadas ao crescimento de uma parte reduzida da população. Dessa forma, outras parcelas da população acabam por experimentar as mais diversas situações de exclusão.³

Sendo assim, governos que denominadamente democráticos passam a ser aparentemente um governo contrário a prática democrática,

3.3 DEMOCRACIA

A palavra Democracia tem sua etimologia do grego (“*dêmos*” povo + “*kratía*” força, poder) referente a um governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos, ou seja, nas mãos do povo de seu país, que poderá ser, direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos.

Segundo o dicionário Aurélio (2004) a Democracia é uma “Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade

^{1,2,3} Fonte: <http://www.brasilecola.com/>

do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade e dos poderes de decisão e de execução; democratismo”.

Para Platão A liberdade do homem democrático, quando este passa a ser silencioso, acreditando que tudo é permitido, que todas as regras podem ser transgredidas impunemente. ¹

Sendo assim:

Democracia: governo do povo, da maioria que exerce o poder, favorecendo preferencialmente os pobres. Aristóteles também conceitua o Governo Ideal, que é apoiado na classe média e as cidades que possui essa condição serão bem governadas, sendo chamada de Governo Misto ou Timocracia (BOBBIO, 2000, p. 56-57)

Contudo, é nesse sentido que retrata o prof. José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo 10ª. Ed., ed. Malheiros).

Nesse processo vai-se configurando também a noção histórica de povo, pois, como adverte Burdeau, “se é verdade que não há democracia sem governo do povo pelo povo, a questão importante está em saber o que é preciso entender por povo e como ele governa” (cf. Traité de science politique, t.v.). A concepção de povo tem variado com o tempo, “porque se sempre é o povo que governa, não é sempre o mesmo povo” (Cf. Burdeau, La democracia, pp.29 e 30 Versão portuguesa, A democracia, p.15). por isso é que a democracia da antiguidade grega não é a mesma dos tempos modernos, nem a democracia burguesa capitalista corresponde à democracia popular. Voltaremos a especificações ulteriores, mas com essas observações preliminares, é que podemos aceitar a concepção de Lincoln de que a democracia, como regime político, é governo do povo, pelo povo e para o povo. Podemos, assim, admitir que a democracia é um processo de convivência social em que o poder emana do povo, há de ser exercido direta ou indiretamente, pelo povo e em proveito do povo, Diz-se que é um processo de convivência, primeiramente para denotar sua historicidade, depois para realçar que além de ser uma relação de poder político, é também um modo de vida, em que no relacionamento interpessoal, há de verificar-se o respeito e a tolerância entre os conviventes.

¹ Fonte: <http://pt.shvoong.com/>

Isso significa que a democracia convém na vontade do povo, ou seja, na vontade popular.

A Democracia pode-se apresentar de quatro formas diferentes em seu exercício, também conhecidos como democracia direta, indireta ou representativa e semidireta.

Segundo diz Jorge (2008) “Democracia direta é aquela em que povo exerce, por si só, os poderes governamentais”. Não mais existe, é fato histórico.

Democracia indireta ou representativa é aquela em que o povo concede os desempenhos de governo aos seus representantes, através de eleições periódicas.

“Democracia semidireta é, na verdade, a democracia representativa com alguns institutos de participação direta do povo nas funções de governo, tais como: projetos de lei de iniciativa popular, referendo popular, plebiscito e ação popular”.

O homem do regime democrático tem sua alma dominada pelo elemento concupiscível. A democracia também não se sustenta como regime, pois da disputa pelo poder, destaca-se aquele que se tornará o tirano, representante do Estado tirânico. Uma vez que toma o poder, o tirano, pelo medo de ser destituído, elimina os melhores cidadãos.

3.4 TIRANIA

Segundo Fortunato (2009) “No Livro nove, Sócrates explica a razão pela qual no governo tirânico, injusto, não pode haver felicidade. Inicia com o argumento de que, num tal regime, os cidadãos desenvolvem sentimentos sempre contrários à lei”.

Estes sentimentos se manifestam, sobretudo, nos sonhos. Para o tirano, o que importa é a satisfação de seus apetites.

Segundo Reale (2003) “No *Livro nove*, Sócrates explica a razão pela qual no governo tirânico, injusto, não pode haver felicidade. Inicia com o argumento de que, num tal regime, os cidadãos desenvolvem sentimentos sempre contrários à lei. Estes sentimentos se manifestam, sobretudo, nos sonhos”.

Ainda Segundo Reale (2003) “Na primeira prova, compara a tirania com o Estado ideal: o regime tirânico e o homem que o representa é escravo do medo e

das lamentações, por isso é sumamente infeliz; já no Estado ideal, vive o homem real, ao contrário do tirano, goza da máxima felicidade, por ser membro de um regime proporcional ao seu grau de perfeição”.

O poder do tirano, quando se transforma em puro arbítrio, e violência pela própria violência. Para o Estado, discórdia é o princípio da desagregação da unidade. Da discórdia nascem os males da fragmentação da estrutura social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho, foi possível verificar a importância do conhecimento relacionado as formas de governar, a relevância que se tem para a sociedade geral, que atualmente é informada das mais manifestações relacionadas a regimes políticos em diversos países do mundo, buscando também revelar as necessidades que precisa serem discutidas com educandos para uma reflexão crítica sobre a sociedade contemporânea onde é fundamental para proporcionar uma aprendizagem significativa.

Conforme Polizel et al no diálogo apresentado por Platão (428-347 a.C.) na obra *A República*, cuja principal ideia é descrever uma república ideal, Platão afirma que os Estados que realmente existem, os Estados reais, são corrompidos. Enquanto o Estado perfeito é um só (e não pode deixar de ser assim, visto que só pode haver uma constituição perfeita). Ou seja, a tipologia das formas de governo de *A República*, inclui só formas más (apresentadas no livro oitavo, que são em ordem decrescente, as quatro seguintes: timocracia, oligarquia, democracia e tirania).

Dessa maneira o estudo acerca do tema Concepções Filosóficas sobre As Formas de Governos em “A República” de Platão”, nos proporcionou conhecimentos que vão além de suposições, tendo em vista que foram apontadas, pelos próprios alunos, suas reais necessidades frente aos sistemas de governos existentes em nossa sociedade.

Nossa abordagem, por meio dos referenciais teóricos que referendam nosso trabalho, procurou mostrar como se dá a forma de governar apontadas pelo Filósofo Platão. Ao mesmo tempo, foi possível descobrir e analisar, por meio da pesquisa de campo, os frequentes desafios enfrentados por esses alunos, uma vez que suposições transformaram-se em dúvidas e passíveis constatações.

Essas passíveis constatações puderam ser feitas a partir de pesquisas que evidenciam a realidade de uma educação que deveria ser de fato ativa, colocando a realidade do aluno e a realidade cotidiana da sociedade, mas que, na verdade, não funcionam..

A escola precisa oferecer subsídios que permitam aos alunos não só conhecimento de um currículo apresentado como também de um currículo voltado para a sociedade atual.

REFERÊNCIAS

Artigo: **A abordagem da obra de Platão** > Marcos Reis Pinheiro, 2008. Acesso em 19 de maio de 2012

BOBBIO, N., **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília: UnB. 2000.

DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo, 10^a. ed. rev. 4^a. tiragem, São Paulo: Ed. Malheiros ed. 1995

Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI. Publicado pela Lexikon Informática Ltda . Ed. Nova Fronteira. 1999.

<http://www.brasilecola.com>. Acesso em 15 de junho de 2012, Artigo: Rainer **Sousa**. (2)

<http://www.homeoesp.org>. Acesso em 10 de junho de 2012, Artigo: José Maria Alves. Acesso em 20 de junho de 2012

<http://www.scielo.br>. Acesso em 10 de junho de 2012, Artigo: Rodrigo Siqueira Batista; Fermin Roland Schramm. Acesso em 25 de maio de 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Altas, 2010

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Altas, 2004.

Monografia: **O Sistema de Prestações de conta e a Movimentação Paralela de Recursos** > Nélia Caminha Jorge, 2008. Acesso em 24 de maio de 2012.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. Projeto de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

PLATÃO, **A República**. Trad. Enrico Corvisieri, São Paulo: Nova Cultural, 2004

POLIZEL et al. **A Teoria sobre Formas de Governos**, *XI Salão de Iniciação Científica – PUCRS*, 2010. Acesso em 22 de junho de 2012

POPPER, Karl, S. **A lógica da pesquisa científica**. 2. Ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

REALE, G. **História da Filosofia**; filosofia pagã antiga. São Paulo: Paulus, 2003. pp. 133-134.

Resenha: **História da Filosofia Antiga**, < <http://www.ebah.com.br/> > Acesso em 26 de Junho de 2012. Acesso em 26 de junho de 2012.

Resenha: **República, Obra Prima de Platão** > Adilson Aparecido Fortunato, 2009. Acesso em 22 de abril de 2012

Sandro Nahmias Melo. **Manual de Normas para Elaboração de Monografias, Dissertações e Teses**, Universidade do Estado do Amazonas, 2005.

SELLTIZ et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais** 2 ed. São Paulo: Herder; Edusp, 1967.